



Código	Título	Versão	Publicação
POL – 0700	PPD - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	3	20/05/2024

Sumário

1. Objetivo	2
2. Alcance	2
3. Definições	2
3.1. <i>Administração Pública ou Poder Público</i>	2
3.2. <i>Colaboradores da COBRAPE</i>	3
3.3. <i>Dados Pessoais</i>	3
3.4. <i>Dados Sensíveis</i>	3
3.5. <i>Titular</i>	3
3.6. <i>Tratamento</i>	3
3.7. <i>Consentimento</i>	3
3.8. <i>Controlador</i>	4
3.9. <i>Operador</i>	4
3.10. <i>Encarregado ou DPO – Data Protection Officer</i>	4
4. Princípios Gerais	4
5. Utilização dos Dados Pessoais	5
6. Acesso, Armazenamento e Proteção de Dados Pessoais	5
7. Periodicidade de Armazenamento	6
8. Exclusão e eliminação de dados	6
9. Direitos do Titular dos Dados	6
10. Monitoramento do Uso de Sistemas e Equipamentos e Acesso ao Website	7
11. Violações e Penalidades	8
12. Vigência	8
13. Disposições finais	8
14. Atualizações	9
15. Referencial Normativo	9

Código	Título	Versão	Publicação
POL - 0700	PPD - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	3	20/05/2024

1. Objetivo

Esta *Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais* é responsável por estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades referentes à coleta, ao uso e manutenção de dados pessoais de colaboradores, parceiros e terceiros que façam uso dos equipamentos, conteúdos digitais e softwares da COBRAPE.

O tratamento dos dados pessoais é necessário para atender ao legítimo interesse da empresa em gerenciar seus negócios, incluindo os fins legais, pessoais, administrativos e de gestão, e ainda para a prevenção e detecção de práticas ilegais e/ou antiéticas, interesses expressos claramente nas demais Políticas Corporativas da COBRAPE.

A COBRAPE se preocupa com a privacidade e proteção de dados pessoais dos colaboradores, parceiros e clientes, e por isso é responsável por decidir como mantém e usa as informações pessoais relativas a eles. Esta Política descreve como esta proteção é realizada pela empresa, durante a relação de trabalho ou o acesso aos conteúdos, bem como depois que estes são finalizados, de acordo com as leis de privacidade.

Para que qualquer indivíduo possa acessar os conteúdos digitais da empresa, bem como seus softwares e sistemas internos, é preciso que tenha pleno conhecimento desta Política. Além disso, esta Política também dispõe sobre a forma, os critérios e as regras utilizadas pela COBRAPE para monitorar o uso de seus sistemas e equipamentos.

Esta Política tem sua relevância calcada na necessidade da COBRAPE se adequar aos preceitos de duas normas legais, a **Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil** (LGPD), Lei nº 13.709/18 e a Lei nº 12.965/14, conhecida como **Marco Civil da Internet**, que exige a adequação da empresa aos termos do artigo que se refere à “**Guarda de Registros de Conexão**”. Além dessas, também a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e outras normas do ordenamento jurídico brasileiro são relevantes.

2. Alcance

Esta Política se aplica a todos os sócios, colaboradores próprios, colaboradores terceiros e parceiros de negócio, sejam eles atualmente vinculados funcional ou comercialmente à empresa ou tenham sido no passado. Esta Política também se aplica a terceiros que têm suas informações compartilhadas pelos agentes citados. Esta Política se aplica a todos os dados pessoais coletados, mantidos, transmitidos, armazenados, retidos ou usados pela COBRAPE, independentemente do tipo de mídia na qual são armazenados.

3. Definições

3.1. Administração Pública ou Poder Público

Conjunto de órgãos, serviços, autarquias e agentes do Estado, bem como das demais pessoas

Código	Título	Versão	Publicação
POL - 0700	PPD - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	3	20/05/2024

coletivas públicas, nos níveis Federal, Estadual e Municipal e poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a prestação dos serviços públicos, para a gestão dos bens públicos e dos interesses da comunidade, incluindo secretarias de educação e universidades públicas.

A administração pública divide-se em administração pública direta e indireta.

Administração Pública Direta: O Estado e seus órgãos executam os serviços públicos diretamente, através do processo de desconcentração.

Administração Pública Indireta: o Estado transfere a execução de serviços públicos para outra pessoa jurídica (autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista), por meio da descentralização da prestação de serviços.

3.2. *Colaboradores da COBRAPE*

Colaborador – para efeito desta Política, engloba o colaborador próprio e o colaborador terceiro.

Colaborador Próprio – refere-se a toda pessoa física, no Brasil ou no exterior, que tenha vínculo empregatício com a COBRAPE.

Colaborador Terceiro - (i) toda pessoa física ou jurídica, no Brasil ou no exterior, que preste serviços mediante contrato firmado com empresa interposta (prestador de serviço terceirizado); e, (ii) toda pessoa, física ou jurídica, com quem a COBRAPE mantenha qualquer forma de associação comercial ou consórcio para a prestação de serviços ao poder público e setor privado.

3.3. *Dados Pessoais*

Quaisquer informações relacionadas a um indivíduo, que podem identificá-lo diretamente a partir desses dados ou até mesmo indiretamente, em conjunto com outras informações.

3.4. *Dados Sensíveis*

Qualquer dado pessoal que contenha informações sobre: (i) origem racial ou étnica; (ii) convicção religiosa; (iii) opinião política; (iv) filiação a sindicato ou organização de caráter religioso, filosófico ou políticos; (v) saúde; (vi) vida sexual; (vii) genética ou biométrica.

3.5. *Titular*

Pessoa natural (física) a quem se referem os dados, conforme art. 18 da LGPD.

3.6. *Tratamento*

Qualquer operação com os dados pessoais, incluindo armazenamento.

3.7. *Consentimento*

Manifestação livre e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento dos seus dados pessoais para uma finalidade específica.

Código	Título	Versão	Publicação
POL - 0700	PPD - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	3	20/05/2024

3.8. *Controlador*

Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que administra e toma decisões sobre o tratamento de dados pessoais. No caso desta Política, trata-se da COBRAPE, representada por seus diretores.

3.9. *Operador*

Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento dos dados pessoais em nome do controlador. São operadores os colaboradores internos, colaboradores terceiros e demais parceiros que participam do tratamento de dados pessoais dentro da empresa. Também são operadores os escritórios de advocacia e demais assessorias que venham a atender a empresa.

3.10. *Encarregado ou DPO – Data Protection Officer*

Pessoa indicada pelo controlador (COBRAPE) para cuidar das questões referentes à proteção dos dados, auxiliar a empresa a adaptar seus processos observando as demandas oriundas da legislação, bem como os princípios específicos do Programa de Compliance e Integridade. Além disso, é o responsável pela comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANDP. O DPO da COBRAPE é nomeado pela Diretoria, e se reporta diretamente ao Diretor Presidente.

4. **Princípios Gerais**

Ao processar os dados pessoais, a empresa se compromete em cumprir as leis de privacidade, em especial a LGPD, e todas as informações pessoais que são mantidas sobre os seus titulares.

Esta Política e todas as atividades dela decorrentes estão ancoradas no princípio de boa-fé e nos dez princípios da LGPD, elencados em seu art. 6º:

- i. Finalidade: limitação do uso e tratamento dos dados para propósitos legítimos, específicos, explícitos e devidamente comunicados ao titular;
- ii. Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades;
- iii. Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades;
- iv. Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre tudo o que se refere aos seus dados pessoais;
- v. Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados;
- vi. Transparência: garantia aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis;
- vii. Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais;

Código	Título	Versão	Publicação
POL - 0700	PPD - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	3	20/05/2024

- viii. Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos;
- ix. Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios; Responsabilização e prestação de contas: demonstração da adoção de medidas que comprovem a observância, o cumprimento e a eficácia das normas de proteção de dados pessoais;
- x. Responsabilização e prestação de contas.

5. Utilização dos Dados Pessoais

Todos os colaboradores, próprios ou terceiros, que façam uso dos equipamentos, conteúdos digitais e softwares da COBRAPE declaram, ao tomar conhecimento desta Política, seu consentimento prévio sobre o uso e tratamento de dados pessoais, nos casos expressamente permitidos por lei.

Também podem ser coletados dados pessoais para a elaboração de propostas pela empresa para fins de participação de licitações e concorrências com o Poder Público, formação de consórcios e associações de empresas (entidades associadas). Dados pessoais poderão ser fornecidos para administração pública direta e indireta, em razão da formalização de contratos administrativos entre a COBRAPE ou consórcios que a empresa figura como consorciado e o poder público, aplicando-se as regras do art. 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Dados Sensíveis podem ser coletados, mantidos e utilizados para fins de cumprimento de uma obrigação no campo das leis trabalhistas, relação de trabalho com colaboradores, previdenciárias ou de proteção social, ou ainda para exercer direitos específicos ou quando o uso for autorizado pela lei ou para a avaliação da capacidade de trabalho. Nestes casos, o titular deverá sempre declarar seu consentimento de forma expressa, quando solicitado pela empresa.

6. Acesso, Armazenamento e Proteção de Dados Pessoais

A empresa faz uso de medidas de segurança apropriadas para impedir que as informações pessoais sejam acidentalmente perdidas, processadas ou acessadas, alteradas ou divulgadas de maneira não autorizada. A empresa armazena e cataloga dados pessoais com segurança em um banco de dados centralizado, com acesso controlado. O acesso a dados pessoais (incluindo dados especiais) em formato eletrônico e em papel é restrito a colaboradores autorizados que tenham um motivo legítimo e justificável para visualizar esses dados.

Terceiros processarão suas informações pessoais apenas de acordo com as instruções da empresa e se concordarem em tratá-las confidencialmente e mantê-las em segurança. Se estes terceiros tiverem Políticas de Privacidade com elementos divergentes dos estabelecidos nesta Política, a COBRAPE informará aos titulares dos dados e solicitará sua concordância.

A COBRAPE adota as melhores práticas e posturas para evitar incidentes de segurança. Contudo, nenhum sistema e nenhuma página virtual é inteiramente segura e livre de riscos. Apesar de todos os

Código	Título	Versão	Publicação
POL - 0700	PPD - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	3	20/05/2024

protocolos de segurança e ferramentas adotados, podem ocorrer problemas decorrentes de ação ilegal de terceiros, tais como ataques cibernéticos, ou em decorrência da negligência ou imprudência do próprio titular dos dados ou usuário/cliente dos sistemas.

Em caso de incidentes de segurança que possam gerar riscos ou danos relevantes para os titulares ou usuários/clientes, estes serão imediatamente comunicados, bem como será feita comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados sobre o ocorrido, em consonância com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

7. Periodicidade de Armazenamento

Os Dados Pessoais são armazenados pelo tempo necessário para satisfazer a finalidade para a qual foram coletados e utilizados, a menos que seja necessário um período mais longo para atender obrigações legais, contábeis ou informativas ou para o exercício fiscal ou para se defender de reivindicações legais. Normalmente os dados de colaboradores são retidos apenas durante o período de contrato de trabalho.

8. Exclusão e eliminação de dados

Ao final do período de temporalidade de armazenamento e desde que não exista uma razão válida para a manutenção das informações, os dados pessoais mantidos em cópias físicas serão destruídos como resíduo confidencial, portanto devem ser picotados, e aqueles mantidos eletronicamente serão eliminados dos sistemas da empresa.

Existência de processos judiciais ou administrativos ou mesmo investigações em andamento são motivos válidos para manutenção dos dados na base da empresa, conforme mencionado e, nesses casos, independente de consentimento, o período de armazenamento poderá ser prorrogado.

9. Direitos do Titular dos Dados

O titular dos dados tem direitos em relação aos seus Dados Pessoais, e que podem estar sujeitos a certas limitações e restrições, quando o seu processamento for necessário para cumprir uma obrigação legal ou para o exercício ou defesa de reivindicações legais.

Sob certas circunstâncias, de acordo com a lei de privacidade aplicável, o titular dos dados tem os seguintes direitos em relação a eles:

Seu Direito	O que significa
Revogar o consentimento	A qualquer tempo o consentimento pode ser revogado. O contrato da relação de trabalho com a COBRAPE, feito por funcionário ou colaborador, exige e traz o tratamento dos dados pessoais e para o qual se dá consentimento específico. Assim, revogar o consentimento não invalida qualquer processamento realizado antes da revogação e com base no seu consentimento, e se a revogação for desmotivada e ilegítima pode dar margem ao término da relação de trabalho.
Acesso	É permitida a solicitação de cópia dos dados pessoais mantidos a qualquer tempo, sob forma impressa ou meio eletrônico seguro.

Código	Título	Versão	Publicação
POL - 0700	PPD - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	3	20/05/2024
Retificação	É permitida a solicitação de correção de quaisquer informações erradas nos dados pessoais mantidos e o preenchimento de todos os dados pessoais quando os dados estiverem incompletos.		
Exclusão	<p>É permitido solicitar a exclusão de dados pessoais em determinadas circunstâncias, quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os dados pessoais não são mais necessários para a finalidade para os quais foram coletados; • revoga-se o consentimento (quando o processamento foi baseado em consentimento); • o titular se opõe ao processamento e não há motivos legítimos que justifiquem o processamento dos dados pessoais por parte da empresa; • os dados pessoais foram processados ilegalmente; ou, • para cumprir uma obrigação legal. <p>No entanto, esse direito não se aplica quando processamento é necessário para cumprir uma obrigação legal ou medida judicial</p>		
Restrição de Processamento	<p>É possível solicitar que dados pessoais sejam restringidos, ou seja, mantidos, mas não usados, quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a exatidão dos dados pessoais é contestada; • o processamento é ilegal, mas o titular não deseja que ele seja apagado; • a empresa não precisa mais dos dados pessoais, mas o titular os exige para o estabelecimento, exercício ou defesa de reivindicações legais; ou, • quando o titular se opõe ao processamento e a verificação relacionada está pendente. <p>A empresa pode continuar usando dados pessoais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • quando tem o consentimento para fazê-lo; • para o estabelecimento, exercício ou defesa de reivindicações legais; • proteger os direitos de outrem; ou, • por razões fundamentadas de interesse público. 		
Portabilidade de Dados	Ao fornecer seus dados pessoais, o titular tem o direito de receber esses dados de volta em um formato estruturado, comumente usados e legível por máquina, e de transmitir esses dados a um controlador de dados de terceiros sem impedimentos		
Reclamação	O titular dos dados pode fazer uso dos canais da empresa, notadamente os canais do Programa de Compliance e Integridade.		

10. Monitoramento do Uso de Sistemas e Equipamentos e Acesso ao Website

A empresa monitora e registra como são utilizados os seus sistemas e equipamentos de comunicação, incluindo e-mail corporativo ou sistemas de computador, atendendo às demais políticas corporativas, com destaque para a PGR - Política de Gestão de Riscos e a PSI - Política de Segurança da Informação (PSI), bem como para atender ao Marco Civil da Internet. O uso de sistemas e equipamentos da empresa por qualquer colaborador será sempre considerado relacionado ao trabalho.

Os usuários, ao tomarem conhecimento desta Política, reconhecem e concordam que não devem ter expectativa de privacidade com relação ao uso dos sistemas de telecomunicações, redes ou processamento de informações da empresa, incluindo, entre outros, arquivos armazenados, mensagens de e-mail, mensagens de voz e mensagens de texto, mesmo que tenham permissão para proteger qualquer uma delas por meio de senhas selecionadas pessoalmente. Também reconhecem e concordam que, ao utilizar qualquer um desses sistemas, podem ser monitorados a qualquer

Código	Título	Versão	Publicação
POL - 0700	PPD - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	3	20/05/2024

momento pela empresa sem prévio aviso.

O uso particular de equipamentos deve ser realizado fora do horário de trabalho, fora das instalações da empresa e sem o uso de seus sistemas ou equipamentos de comunicação. A COBRAPE pode ter acesso a comunicações provenientes dos sistemas ou equipamentos da empresa e poderá ter acesso a comunicação gerada através de equipamentos particulares que porventura se conectem aos sistemas da empresa, (Ex. acesso a rede Wi-Fi).

Em relação especificamente às instalações da empresa, qualquer bem ou equipamento nelas situado, incluindo, entre outros, discos e outros meios de armazenamento, mesas, armários e outras áreas de trabalho e quaisquer itens de propriedade pessoal, mesmo que protegidos por cadeado ou senha pessoal, estarão sujeitos à pesquisa e inspeção pelos colaboradores competentes da empresa a qualquer momento, sem prévio aviso.

Com relação ao acesso ao website da empresa, desde já se ressalta que a COBRAPE faz uso de Cookies, arquivos de texto enviados pela plataforma ao computador, e que ao consentir com o uso de Cookies o usuário manifesta conhecer e aceitar a utilização de um sistema de coleta de dados de navegação. O usuário pode, a qualquer tempo e sem nenhum custo, alterar as permissões, bloquear ou recusar os Cookies, diretamente nas configurações do navegador, na área de gestão de Cookies. A revogação do consentimento de determinados Cookies pode inviabilizar o funcionamento correto de alguns recursos da plataforma.

11. Violações e Penalidades

É obrigação de todos os colaboradores da COBRAPE conhecer e entender o conteúdo desta Política, bem como observar as diretrizes e obedecer a todas as regras aqui previstas.

A COBRAPE está comprometida com o fiel cumprimento das normas estabelecidas nesta Política e promoverá o monitoramento constante da sua atividade empresarial e de todas e quaisquer condutas dos seus colaboradores. Nenhum colaborador dispõe de autoridade para solicitar ou praticar qualquer ação que viole esta Política.

Qualquer violação às normas e/ou orientações desta Política e da legislação resultará na aplicação de medidas previstas na Política de Aplicação de Medidas Disciplinares e Sancionatórias (POL 1600).

12. Vigência

Depois de aprovada pela Diretoria, esta Política passa a ter vigor na data da sua publicação.

13. Disposições finais

A aplicação desta Política deve sempre observar as disposições dos documentos que compõem o Programa de Compliance e Integridade da COBRAPE, tais como o Manual de Ética e Compliance, políticas vigentes e seus procedimentos.

Dúvidas a respeito desta Política devem ser encaminhadas ao DPO – Data Protection Officer da



Código	Título	Versão	Publicação
POL - 0700	PPD - Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	3	20/05/2024

COBRAPE, pelo e-mail dpo@cobrape.com.br.

14. Atualizações

Esta Política será revisada e atualizada periodicamente, preferencialmente a cada 12 meses ou, a qualquer tempo, em razão de circunstâncias que demandem tal providência, a critério do Comitê de Ética e Compliance e/ou da Diretoria de Governança, devendo ser submetida a nova aprovação pela Diretoria caso ocorram alterações.

15. Referencial Normativo

Constituição Federal (Artigo 5º, Inciso X);

Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil;

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Lei Federal nº 13.853, de 8 de julho de 2019 - Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;

Manual de Ética e Compliance e Políticas corporativas da Cobrape.